

*Luz, escuridão e penumbra: o Governo Vargas e a Igreja Católica**

CARLOS VINÍCIUS COSTA DE MENDONÇA

Universidade Federal do Espírito Santo

MARIA RITA DE CÁSSIA SALES PEREIRA

Universidade Federal do Espírito Santo

PABLO DE ANDRADE RODRIGUES

Universidade Federal do Espírito Santo

BRUNO ZOTTELE LOSS

Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo: Este Artigo busca explicar o processo de incorporação da Igreja Católica no Governo Vargas; compreender o ser ambíguo que Vargas demonstrou ser. Por fim, demonstrar o co-pertencimento das forças existentes no Estado Novo e suas respectivas guerras de posição e movimento,

Palavras-Chave: Estado Novo; Igreja católica; Ambíguo.

Abstract: This article explain the process of incorporation of the Catholic Church in the Government Vargas; understand that Vargas be shown to be ambiguous. Finally, to demonstrate the co-membership in the State of New forces and their wars of position and movement.

Keywords: New State; Catholic Church; Ambiguous.

Quando a claridade diz, eu sou a escuridão, disse a verdade.

Quando a escuridão diz, eu sou a claridade, não mente.

Heiner Muller

A reintegração sagrado no profano: Igreja e Estado no período varguista

Antecedentes de 1930

No antigo regime, a Igreja era a instância geradora de valores, tanto para o Estado como para a sociedade. A Constituição brasileira de 1824 manteve o regime de união, conferindo ao catolicismo o status de religião do Estado. No entanto, nem sempre, tal posição não se traduziu em prestígio para a instituição eclesiástica. A Igreja era considerada mero serviço público, setor subalterno da burocracia estatal. Esta transformação da religião em serviço do Estado veio a gerar situações paradoxais, dentre elas, o caráter fortemente laicizado do clero português. Os clérigos eram funcionários encarregados de ministrar os sacramentos, uma corporação de servidores do Rei para negócios eclesiásticos (OLIVEIRA TORRES, 1968, p. 39).

No entanto, a partir de 1870, a iniciativa da sociedade civil escapa à Igreja. Após a questão religiosa, esta não sentiu mais no Estado uma instituição apta a apoiá-la em sua missão. Enfraquecida, não teve como constituir um novo pacto com o Estado republicano. Em 1891, o Estado impôs a separação. Foi um grande trauma que a colocou na defensiva

O Padre Julio Maria pregou nos primeiros anos da República a aliança entre a Igreja e o povo, substituindo sua tradicional aliança com o Estado. Assim ficou marcado o início da redescoberta do valor teórico do catolicismo (OLIVEIRA TORRES, 1968, p. 179), o que não ocorreu nas primeiras décadas da República. A Igreja permaneceu ancorada em sua aliança com as oligarquias conservadoras, mediante a qual exerceu sua hegemonia sobre as massas rurais.

Da mesma forma que as elites dirigentes do país se subordinavam às ideologias dominantes na Europa e nos Estados Unidos, a Igreja seguiu um caminho paralelo. No curto período de 30 anos, se europeizou e romanizou, tornando-se estranha à religião luso-brasileira, até então praticada pelo povo e veiculada pela Igreja. Nesse momento de romanização, seria impossível estabelecer uma aliança com o povo.

Dessa forma, no seio das elites europeizadas, este catolicismo intelectual e racionalista exerceu sedução, a partir da desilusão pelo fim do mito do

progresso. A Igreja colheu uma série de conversões de homens de letras, estadistas etc.

A estratégia da Igreja na época republicana é de reforma pelo alto. As elites foram cristianizadas, para que, por sua vez, cristianizasse o povo, o Estado, a Legislação.

Na década de 1920, com a crise de legitimidade do Estado oligárquico-liberal, a igreja se ofereceu para socorrê-lo, em troca da mudança de seu estatuto na sociedade.

Neste processo, destacou-se Jackson de Figueiredo que buscou organizar a reação católica fundando o Centro Dom Vital e a Revista A Ordem. O Cardeal Dom Sebastião Leme, por sua vez, com sua famosa carta pastoral de 1916, inaugurou uma tomada de consciência do catolicismo, traçou um programa de luta e questionou: “Que maioria católica é essa, tão insensível, quando leis, governos, literatura, escolas, imprensa, indústria, comércio e todas as demais funções da vida nacional se revelam contrárias ou alheias aos princípios e práticas do Catolicismo?”.

O Estado Novo: Modernização ou Conservadorismo?

Pode-se entender o Estado Novo como um regime autoritário, mas não fascista. Efetivamente, enquanto os fascismos buscavam a mobilização das massas, mediante seu enquadramento em um partido único, a “corrente autoritária”, que triunfou em 10 de novembro de 1937, assumiu completamente a perspectiva da modernização conservadora, ou seja, o ponto de vista de que, em um país desarticulado como o Brasil, cabia ao Estado organizar a nação para promover dentro da ordem o desenvolvimento econômico e o bem-estar geral. A corrente autoritária não apostava no partido, e sim no Estado (FAUSTO, 2007, p. 357).¹

Em verdade no sentir de Boris Fausto, pode-se dizer que o Estado Novo foi ao mesmo tempo autoritário e modernizador (Fausto, 2007: 91). Neste aspecto da modernidade diferia de regimes do tipo de Salazar, em Portugal, de um paralisante conservadorismo, ou do regime de Vichy, com seus apelos bucólicos a um idílico mundo pastoril.²

Vargas não poderia endossar tais pontos de vista, pois a postura nacionalista não poderia admitir que a raça brasileira fosse ameaçada pelos

que constituíam a maioria do povo. A política oficial do governo assumiu a ideologia da unidade das três raças e encarou a raça como um conceito mais cultural que biológico.

Nesse horizonte, adquire significado especial a escolha de Nossa Senhora da Conceição Aparecida como padroeira do Brasil. Uma santa mestiça, legítima representante da nacionalidade. Estas reflexões demandam um relativo entendimento acerca das relações desenvolvidas entre a Igreja e o Estado, no período de 1930-1945.^{3 4}

A Igreja e a Revolução de Outubro

No período republicano, não possuía a Igreja uma feição nacional, uma posição comum perante os acontecimentos. Variavam as opiniões no seio da Igreja, de acordo com as divisões existentes na sociedade brasileira e nos diferentes Estados. Em consequência, não há uma atitude de conduta uniforme diante da Revolução de 1930.

Na nova conjuntura aberta pela Revolução de 1930, três grupos ignorados pela República Velha desempenhariam um papel importante, mais precisamente no ano de 1931: os tenentes, o proletariado e a Igreja, mediante a mobilização popular.

A classe operária foi colocada sob a tutela do Ministério do Trabalho, deixando de estar no âmbito da polícia. Vargas utilizou os tenentes da ala política como arma contra as oligarquias, nomeando interventores vários deles, principalmente no Nordeste. A Igreja, por sua vez, preparou concentrações populares, a fim de pressionar o Governo provisório para atender suas reivindicações e impedir que se inclinasse para a esquerda.

Na década de 1930, a Igreja buscou consolidar uma unidade no plano nacional. Esta união deu-se em torno de uma devoção: o Papa Pio XI, a pedido do episcopado brasileiro, declarou Nossa Senhora Aparecida padroeira do Brasil. Em torno deste evento, arquitetaram-se as grandes mobilizações de massas, verdadeiras demonstrações de força, visando influenciar o governo provisório, para que reivindicações fossem atendidas.

Em 31 de maio de 1931 o Cardeal Leme consagrou o Brasil à Virgem da Conceição Aparecida, na presença do próprio Presidente e do Ministério reunido. Em outubro do mesmo ano, o Cristo Redentor do Corcovado foi inaugurado com a presença de 45 bispos vindos de diversas partes do Brasil.

Depois de 40 anos, o Episcopado Brasileiro unido perante o governo, discutiu o estatuto da igreja dentro da nação perante o Estado.

Dentre as reivindicações da Igreja, havia o pleito considerado fundamental de o ensino religioso ser ministrado nas escolas públicas para os alunos católicos. Isto se ligava ao problema da rápida transformação da sociedade, num processo urbano secular. A Igreja sentiu que seu futuro podia ser comprometido se não tornasse ativa sua presença junto às classes populares em constituição nas cidades e cuja formação se dava através do aparelho escolar.

Em outra linha de ação, a Igreja se preocupava com a formação de intelectuais católicos. O Cardeal Leme entendeu o intelectual como vanguarda do catolicismo, e por isto deu enorme atenção ao grupo do Centro Dom Vital. No campo da inteligência, figuras de destaque foram os Padres Leonel Franca e Alceu Amoroso Lima.⁵

A estratégia eleitoral

Findada a Revolução Constitucionalista e marcadas as eleições para maio de 1933, colocou-se para a Igreja o dilema de como enfrentar a batalha eleitoral. Em 1932, a Igreja convenceu-se de que a batalha havia sido decidida no seio da opinião pública, nos partidos, nas urnas e só depois no Parlamento. A dificuldade era decidir os caminhos a serem trilhados.

Dom Leme rejeitou a idéia da criação de um partido católico. A solução foi a Liga Eleitoral Católica, uma instituição suprapartidária. Sua finalidade foi assegurar aos candidatos dos diferentes partidos a sua aprovação pela Igreja e, portanto, o voto dos fiéis, mediante a aceitação, por parte dos mesmos candidatos, dos princípios sociais católicos e do compromisso de defendê-los na Assembléia Constituinte.

As eleições de 1933 levaram à Assembléia Constituinte a maior parte dos candidatos recomendados pela LEC. A Carta Magna de 1934 representou uma vitória da posição católica muito mais ampla do que se podia esperar.

A Igreja se rearticulou ao nível do Estado, através de uma bem montada estratégia de mobilização da opinião pública. Entretanto, fazendo passar sua estratégia de atuação pela intervenção do Estado, a Igreja passou a

fazer parte do bloco no poder, junto com as várias frações das classes dominantes. O acesso a partir de uma estratégia tornou-se complexo, junto às classes subalternas.

A Igreja e o debate ideológico

O ano de 1935 foi o ano chave da década, no qual se definiram os rumos que marcam ainda hoje as opções político-sociais do país. As eleições de 1933 não foram exitosas para a ala radical do tenentismo. A Constituição de 1934 era conservadora em seu espírito. As eleições para as assembleias legislativas dos Estados devolveram o poder às oligarquias. Apesar da radicalização das forças sociais que ocorreram em 1935, a Igreja posicionou-se como a melhor garantia para o funcionamento social, político e econômico da sociedade.

O Cardeal Leme não pode impedir que intelectuais manifestassem simpatia pela AIB, mesmo procurando impedir que a Igreja se envolvesse diretamente com qualquer partido político.

Inúmeros fatores explicaram o combate ao comunismo e apoio dos bispos brasileiros ao integralismo. Cabe recordar que, no plano internacional, após a Revolução Russa (1917), os conflitos religiosos no México (1926/1936) e a Guerra Civil Espanhola, a Igreja passou a ver no comunismo seu pior inimigo. O fascismo então passa a ser visto como a única barreira militante contra o comunismo. No afã de obter um *modus vivendi* que lhe resguardasse, no Estado Moderno, os direitos religiosos considerados mínimos, a Igreja mostrou-se disposta a concessões limites, de onde recuou posteriormente tanto em relação ao fascismo quanto em relação ao nazismo.

No Brasil, o apoio da hierarquia eclesiástica ao integralismo foi explicado pela longa tradição que colocava a Igreja ao lado do conservadorismo, da Direita, da Ordem. As bases sociais do Integralismo e da Igreja eram as mesmas: a classe média urbana. Os bispos, no entanto, objetivando a conservação da ordem social se voltaram para o Estado.

A ação Católica foi outra forma pela qual o catolicismo, na época, procurou influir sobre o Estado. Lançada pelo Papa Pio XI surgiu como um instrumento para se contrapor à secularização da sociedade. Pretendia se estabelecer uma ponte entre a esfera privada e a esfera pública, entre o domínio do sagrado e o do profano. O apostolado organizado, sob o

mandato da hierarquia, estabeleceu uma nova Cristandade, i. e., uma ordem econômica, social e política sob direção dos princípios definidos pela Igreja.

No Brasil, foi acolhida por vezes de maneira fria, devido ao clericalismo vigente e à resistência de associações religiosas mais antigas. Criada após o levante de 1935, em um momento de fechamento dos espaços políticos, deu maior importância à formação religiosa de seus membros do que à militância na sociedade. A implantação do Estado Novo vai reforçar esta tendência.

A Carta de 1937 eliminou as emendas católicas. Na prática, as relações cordiais entre o Estado e a Igreja, permaneceram, sendo a Igreja obrigada a adaptar-se à situação de insegurança jurídica.

O episcopado desmobilizou o povo após conseguir seu intento junto ao Estado, na Constituição de 1934. Igualmente de certa forma desmobilizou o laicato em 1935, pelo excessivo controle que passou a exercer sobre a Ação Católica. Devido a isso, não pôde opor-se ao Estado quando este armou o golpe de 1937 contra toda a sociedade civil, inclusive a Igreja.

Enfim, efetuou-se uma tentativa de periodização, tomando o período de 1930-1934 como de ofensiva da Igreja na ocupação do espaço político, com a inaudita mobilização das massas no intuito de pressionar o governo provisório. No ano de 1935, deu-se a disputa entre a AIB, a ANL e a Igreja. Finalmente, após 1935, a Igreja perde a iniciativa, em favor do Estado.

A marcha dos acontecimentos, que acabariam por levar a Igreja Católica a recuperar a posição perdida em 1891, no entanto, não se processou sem avanços e recuos, reticências e silêncios eloqüentes, como se tal dinâmica correspondesse aos traços da personalidade do Chefe da Nação.

O processo da reintegração da esfera do sagrado no profano, estranhamente foi pouco abordado na historiografia. Talvez por não se atribuir à ideologia papel relevante no processo de mutação sociológica. Tratar-se-ia de um mero epifenômeno, sem nenhuma autonomia. Quando muito, mera questão de imputação, de ligação a determinados grupos sociais específicos a uma determinada ideologia.

A ideologia exerceu um papel mediador na articulação entre as transformações sócio-econômicas e a mudança política. A produção de representações é uma dimensão da práxis social tanto quanto as ações efetivamente realizadas pelos agentes sociais.

Getúlio e as Autoridades Eclesiásticas

A respeito do relacionamento de Getúlio com as autoridades eclesásticas, com quem teve que se haver a partir mesmo do momento de triunfo da Revolução de 1930, pode-se observar uma ambigüidade fundamental da personalidade do líder. De formação positivista, pertencente à linhagem de Júlio de Castilhos e de Borges de Medeiros, surpreendentemente, passou à história também como aquele que praticamente reintegrou o catolicismo em sua antiga posição, faltando-lhe apenas afinal o título de religião oficial, pois sem dúvida passou a religião oficiosa, em um regime de concordata informal. O camaleônico político, ao lado de outros tantos papéis que representou, assumiu a *persona*, senão do católico devoto, que realmente jamais pretendeu ser, a de benfeitor da religião da maioria dos brasileiros.^{6 7}

Verdadeiramente, no ocaso de sua trajetória, o grande líder deixa entrever a feição problemática de sua relação com o catolicismo. As duas forças apoiaram-se mutuamente, engrandecendo-se no processo. A trajetória política de Getúlio desligada da religião é incompreensível. A elucidação desta dinâmica é de grande interesse, e contribui para a melhor inteligibilidade do período.⁸

A busca da legitimação, por parte de Vargas, o lançou nos braços da instituição que foi por década ignorada pela sociedade política. Favoreceu este movimento a inflexão espiritualista, ocorrida a partir do último quartel do século XIX, que reagiu contra a mentalidade agnóstica prevalecente entre as elites no período anterior. Neste sentido, como diz Thomas Bruneau⁹, a Revolução de 1930 é o momento de reintegração da Igreja no Estado brasileiro.

Nuances do ser ambíguo

Boris Fausto (2006) narra os primeiros anos de Vargas, versando sobre sua formação e de como se tornou parte essencial da história. Esta tarefa o autor realiza entrelaçando com sóbria elegância elementos históricos e políticos, os quais busca embasar teoricamente tornando a leitura mais objetiva.

O comportamento de Vargas e que nos remete a ambigüidade dos seus pensamentos, sentimentos e atitudes. Ao acompanhar o personagem retratado na história, se pode perceber que ali estava o homem que gestou por mais de dezoito anos o Brasil, contribuindo na formação da sua identidade e preparando-o para viver significativas mudanças que o distanciavam da monarquia, do império e do passado.

Vargas nebuloso, fugidio, crepuscular (VILLAÇA, 1996, p. 101) viveu muitas divisões internas e externas sem demonstrar desamparo ou temor pelos extremos: cidadão do Brasil, gaúcho por excelência, filho afeiçoado que se distanciou da família em busca dos seus objetivos. Esposo doce e distante; pomposo e suave ditador, presidente eleito direta e indiretamente, político autocrático, pragmático e assistencialista, parente íntimo e distante da igreja que carregava em si a dor e o prazer, a angustiante paz de muitas pessoas reunidas em uma enorme solidão.

Boris Fausto (2006) constrói uma imagem de personalidade que foi equilibradamente cultuada, sacralizada e com a mesma intensidade repudiada e odiada.

Teia tecida, transformações econômicas e sociais, Vargas permitiu-se ver ora como resistente nacionalista, ora como estadista que socorre humildes, desvalidos. Em outros momentos surgia o homem impessoal, distante, articulado e dissimulado. Era camaleônico. Favoreceu o trabalhador urbano. Aquietou-se na causa do trabalhador rural. Implantou a legislação trabalhista que fazia parte de uma estratégia maior.

O autor trouxe para nossos dias a rememoração de um homem que comungava na sua essência e sangue o sabor do Açores e da Espanha em um só sentir o campo das lutas e da política entre a família paterna e materna. Um homem capaz de buscar conciliação, talento reconhecido e que se tornou marca na sua carreira política.

São três os aspectos que merecem nossa atenção e que denunciam a personalidade camaleônica de Vargas: o aspecto político representado pela plataforma da Aliança Liberal apresentada por Vargas em Janeiro de 1930; o aspecto histórico na formação de dois fortes ministérios e o aspecto teórico representado pelo tom fatalista utilizado na narrativa do autor.

O objetivo da Aliança Liberal era sensibilizar as elites regionais dissidentes, a crescente classe média urbana e a massa trabalhadora. Para

tanto defendia a reforma do sistema político e a adoção do voto secreto, da justiça eleitoral, das liberdades individuais clássicas e a anistia.

As questões sociais tratavam de medidas de proteção ao trabalho das mulheres e dos menores; a necessidade de aplicação da lei de férias e a extensão moderada dos direitos de aposentadoria a todos os assalariados urbanos.

No plano econômico financeiro propôs a defesa dos preços de outros produtos de exportação, além do café que ocupava um lugar destacado no cenário.

Fruto da centralização do poder no governo provisório criou-se dois novos e fortes Ministérios: do Trabalho, Indústria e Comércio e da Educação e Saúde Pública, antevendo as profundas reformas estruturais que discorreram no percurso de Vargas no poder tendo por aliada a Igreja, ainda que só tenha casado no civil com Darcy então com 15 anos.

Afirmava-se cristão, no entanto casou-se apenas no civil. Precisou estreitar sua relação com a Igreja após o triunfo da revolução de 1930. A partir deste momento não teria mais como cindir seus passos, articulações rechaçando a Igreja, pelo contrário esta aliança tornou-se indissociável e com ela amalgamou melhor seus objetivos,

O tom fatalista da narrativa confundiu-se ao tom de Vargas frente a eventos que notadamente marcaram a sua vida, tais como sua chegada a Presidência da República de braços dados com a crise mundial iniciada em 1929; a decisão de comprar e destruir fisicamente o café por sucessivos treze anos para garantir a redução da oferta a fim de equilibrar o preço e por último a prisão do casal Prestes, estando Olga grávida de sete meses quando entregue a Gestapo.

Causa perplexidade o fato das lutas e conquistas da década de 30 se redefinirem e em muito se assemelharem às lutas dos tempos atuais. A humanidade no então período discutiu temas atuais, mantendo os principais paradoxos.

Na política tudo pode ser um fatigante processo por envolver direitos da coletividade e deveres do indivíduo. Por isso todo processo carece de pessoas aguerridas e de pulso forte. A figura do herói, aquele que realiza o primeiro movimento, propagando a motivação dos seguintes até que se chegue ao objetivo ambicionado é necessária.

Hoje o povo degusta sabores maquinados e tracejados ainda na década de 30 por Vargas que pensou e idealizou um país diferenciado. A

formação dos Ministérios fortaleceu os movimentos de Vargas, tornando-se a prova cabal do seu genuíno interesse pelas classes, pela melhoria das condições intelectuais e de vida do povo.

Vários trechos do diário dividem com o leitor as vicissitudes das classes e conceitos totalizantes, remetendo aos rancores, invejas e desejos de vingança bem como os fantasmas da morte citados no texto de Pierre Ansart, (2001) vividos por Getúlio em seus vários momentos de silêncio estratégico ou mesmo de solidão.

Anticomunistas versus Comunistas: luz, escuridão e penumbra

Talvez o mestre da pintura Rembrandt estivesse certo ao conceber a luz em suas obras a partir das sombras da realidade que o cercava! É justamente nesse horizonte de reflexão que a autora cita em epígrafe Heiner Muller¹⁰, visto que, da análise do imaginário social brasileiro entre os anos de 1935 a 1937 é de se concluir que existia uma indissociável unidade entre as representações contidas nos discursos dominantes no cenário político da época, a saber, dos comunistas e dos anticomunistas (historicamente representados por Getúlio, a Igreja e os integralistas).

Uma questão política era básica entre os dois grupos, qual seja *o destino do mundo moderno*. Nesse diapasão, ambos os grupos buscavam, a sua maneira, apesar de utilizarem práticas representacionais comuns, legitimar os seus discursos, para tanto manipulando o simbólico sobre o qual se assentava o imaginário social da época, conforme se observa no quadro a seguir:

CATEGORIAS DO IMAGINÁRIO SOCIAL	Comunistas	Anticomunistas
Revolução enquanto problema global	Novo começo	Ruptura da ordem
“Mal” (inimigo a ser combatido)	Anticomunismo (tradição)	Comunismo (revolução)
“Bem” almejado	Revolução	Tradição
Memória	Passado de lutas (1917)	Sacralidade dos valores ancestrais
Culto à personalidade	de Prestes	de Getúlio
Utopia	Elemento pedagógico	Lugar nenhum
Valores buscados	Alteridade e comunidade	Liberdade e individualismo
Ideais supremos	Terra, pão e liberdade	Propriedade, família e religião
Visão de mundo	materialista	organicista

Crise	indicativo das falhas da sociedade	indicativo das falhas da sociedade
Sociedade	Igualitária e harmoniosa (homogênea)	Unitária e harmoniosa (homogênea)

Portanto, pode-se afirmar que, três argumentos de imagens eram recorrentes¹¹ em ambos os discursos: 1) a idéia de sombra e luz; 2) o fantasma do maligno (visível/invisível) e a 3) Inteligência/incapacidade do inimigo. Assim, enquanto os anticomunistas, partindo de uma visão orgânica da sociedade, argumentavam que os comunistas personificavam o obscuro que adoecem o corpo social¹², sendo, portanto, a materialização do castigo advindo do pecado bíblico; o demônio e sua faceta diabólica; os cavaleiros do apocalipse; em sentido vetorial diametralmente oposto, mas com igual intensidade, os comunistas afirmavam desde um horizonte materialista, que os anticomunistas negavam a vida em sua dimensão cotidiana dada carência material e de liberdade.¹³

Chama a atenção o fato que tanto os comunistas como os anticomunistas defendiam a unidade social (boa-sociedade), entretanto, aqueles o faziam partindo de um discurso sobre alteridade social e da transformação da sociedade pelo trabalho. Enquanto esses últimos depositaram suas energias na manutenção das tradições sacralizadas na propriedade, família e religião (valores ancestrais).

Enquanto movimentos ideológicos, ambos propunham modelos de sociedades perfeitas, partindo cada um de seu próprio imaginário, sustentando no imaginário do outro a própria razão de ser e existir. Em tal fato que a metáfora da luz e sombra explicita um co-pertencimento entre comunistas e anticomunistas no imaginário social da época.

Nesse horizonte simbólico, surgiu uma indissociável aliança, de concessões mútuas e sustentações recíprocas, entre Getúlio e a Igreja Católica no Estado novo. Tratou-se da necessidade de se combater um inimigo comum, a saber, o comunismo no Brasil.

Entretanto, o anticomunismo se apresentava como o reverso da mesma moeda onde se estampava a efigie do comunismo. Tratava-se da oportuna (necessária) coexistência do respectivo par antitético para (re) afirmação do *locus discursivo*, numa contínua e continuada guerra de movimento e de posição, conforme conceito Gramsciano.

Em verdade, dada sua existencial ambigüidade, não foi custoso ao Getúlio admitir/aderir ao simbolismo do discurso religioso católico. Pelo

contrário, posto que a retórica da Igreja conferia-lhe, frente ao comunismo, posição e movimento favoráveis no imaginário social e político do período.

Considerações Finais

Por fim constituiu-se o mosaico político do Estado Novo. Os *não-amigos* de outrora se alinharam, movidos, para combater o “inimigo” comum. A importância do comunismo para guerra de posição empreendida por Getúlio e a Igreja no afã de afirmar o *locus discursivo*, a aquarela maniqueísta pincelada em luz e escuridão acaba por compor um cenário onde os semitons borram a paisagem em infinitas passagens com penumbras.

Referências

ANSART, Pierre. “História e memória dos ressentimentos”, 2001.

DUTRA, Eliana. “Comunismo e anticomunismo, as identidades dos opostos/; o exorcismo do mal e as armadilhas do bem” In: *O ardil totalitário/:* imaginário político do Brasil dos anos 30. RJ: UFRJ; BH-UFMG, 1997. (parte I)

FAUSTO, Boris. *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso*. SP: Cia das Letras, 2006.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 12 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. (Coord.) *História Geral da Civilização Brasileira*. 4ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. V. 11.

TORRES, João Camilo de Oliveira. *História das idéias religiosas no Brasil*. São Paulo: Grijalbo, 1968.

VILLAÇA, Antonio Carlos. *Diário de Faxinal do Céu*. Rio de Janeiro: Lacerda, 1998.

VILLAÇA, Antonio Carlos. *O livro dos fragmentos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

VILLAÇA, Antonio Carlos. *Os saltimbancos da Porciúncula*. Rio de Janeiro: Record, 1996.

Notas

* Artigo submetido à avaliação em 02 de agosto de 2010 e aprovado para publicação em 02 de setembro de 2010.

¹ Deve-se ressaltar que o sistema educacional não foi utilizado para a implantação de uma ideologia definida, limitando-se a doutrinação das escolas a um conservadorismo de ressonâncias católicas.

² Igualmente o discurso racial, do Estado Novo, segundo Boris Fausto (FAUSTO, 2007, p. 130), afastava-se do fascismo, ao menos em sua versão alemã. A ideologia nacionalista do regime procurava enfatizar as qualidades do homem brasileiro, ressaltando suas características sociais e seus atributos políticos. Ainda aí, verificam-se dissonâncias nos discursos de importantes ideólogos do regime: Oliveira Viana e Azevedo Amaral. Oliveira Viana insistia na pureza da raça ariana, que vinha resistindo à contaminação pelo sangue bárbaro de negro e índios. Azevedo Amaral acentuava o parasitismo dos mulatos e defendia a abertura das portas do Brasil à imigração branca.

³ Estas reflexões nos levam à necessidade de se tentar um sumário das relações desenvolvidas entre a Igreja e o Estado, no período de 1930-1945. Tal campo tem sido pouco explorado, por se atribuir à ideologia papel no processo de mutação sociológica. Tratar-se-ia de um mero epifenômeno, sem nenhuma autonomia. Quando muito, mera questão de imputação, de ligação a determinados grupos sociais específicos a uma determinada ideologia. No entanto, exerce a ideologia um papel mediador na articulação entre as transformações sócio-econômicas e a mudança política. A produção de representações é uma dimensão da práxis social tanto quanto as ações efetivamente realizadas pelos agentes sociais. No dizer de Marilena Chauí, pensar e representar são momentos da práxis, tanto quanto agir.

⁴ Alguns historiadores têm procurado refletir sobre a mutação do catolicismo brasileiro no período considerado. Assim, para Paulo J. Krischke, o nacionalismo é a chave para a compreensão das mudanças da Igreja no período em que ocorre uma revolução nacional-burguesa. Luiz Werneck Viana, por sua vez, ensina que, no vazio de poder provocado pela Revolução de 1930, a Igreja se torna indispensável no processo político. Neste sentido, para Thomas Bruneau, a Revolução de 1930 é o momento de reintegração da Igreja no Estado brasileiro. Pablo Richard, utilizando conceitos Gramscianos, analisa o projeto de Nova Cristandade veiculado na Ação Católica como opção da Igreja de utilizar a mediação da sociedade política (Estado), com seu aparelho coercitivo, para o exercício de sua hegemonia na sociedade civil.

⁵ Talvez o maior erro da Igreja neste campo tenha sido privilegiar os intelectuais vindos da pequena burguesia ou da antiga aristocracia, abafando a emergência de intelectuais orgânicos de outras classes.

⁶ Guimarães Rosa, em seu discurso de posse na academia brasileira de letras, em 16 de novembro de 1967, tocou na figura de Getúlio, que ele visitou em palácio, como chefe de gabinete de João Neves da Fontoura, ministro do exterior, em 1961. Rosa tinha uma curiosidade de romancista diante da figura misteriosa, fugidia, oblíqua, dissimulada, como uma versão nova de Capitu (VILLAÇA, 1998, p. 32). Se é verdade que a figura de Vargas domina a história brasileira do século XX, seu caráter permanece fugidio, nebuloso. Não era um extrovertido, um ser solar. Antes, os memorialistas não cessam de ressaltar a ambigüidade deste homem, seu caráter crepuscular. Era uma natureza meditativa. Vivía na mais profunda solidão. Mantinha as pessoas a quilômetros de distância (Villaça, 1996:101).

⁷ Poucos dias antes do trágico 24 de agosto de 1954, Vargas recebia a visita do Cardeal Câmara, no Catete. A conversa se arrastava, penosa. Houve grandes silêncios, constrangedores. Interrupções. Pausas longas. O Cardeal expressou ao presidente o quanto a Igreja lhe era grata. Getúlio o ouvia, em silêncio. Limitou-se em responder: Sempre pautei a minha vida pelos princípios cristãos. Os princípios cristãos. Era um agnóstico. Um homem da tradição positivista, gaúcha, de Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros. O que entenderia por princípios cristãos? (VILLAÇA, 2005, p. 143).

⁸ Dentre os historiadores que procuraram refletir acerca da mutação do catolicismo brasileiro no período considerado, Luiz Werneck Viana lança sobre a questão um olhar clarificador: no vazio de poder provocado pela Revolução de 1930, a Igreja se torna indispensável no processo político. Em um período de contundentes modificações na sociedade brasileira, o recurso à religião tradicional serviria para aplacar os sentimentos de desconfiança e temor em relação à nova ordem.

⁹ Thomas Bruneau, *O catolicismo brasileiro em época de transição*, São Paulo, Ed. Loyola, 1974.

¹⁰ “Quando a claridade diz, eu sou a escuridão, disse a verdade. Quando a escuridão diz, eu sou claridade, não mente”.

¹¹ Necessário registrar que o citado argumento encontra-se expresso no capítulo *exorcismo do mal*, que é dedicado à interpretação do comunismo. Entretanto, percebemos que enquanto prática imagética era comum aos dois grupos.

¹² Imagens recorrentes no discurso anticomunista acerca dos comunistas: diagnóstico; doença; reserva de energia sã; mal; exótico; saneamento; desintoxicação; limpeza; infecção; organismo político; terapia; intervenção cirúrgica; contaminação; vírus; inoculando germes; focos de infecção comunista; incubadoras de miasmas; verdadeira enfermidade, dentre outras.

¹³ Imagens recorrentes no discurso comunista acerca dos anticomunistas: tortura da sujeira; odores fétidos; fome; promiscuidade; miséria; exploração; privação; escravidão; imperialismo feudal-burguês; fantasmas da guerra; dentre outros.